

400 | ATIVIDADE DE APOIO OPERACIONAL – NI

(401) Nível Técnico em Administração

Data da prova:

Domingo, 17/8/2025

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões da prova objetiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Atitude é o que faz a diferença.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas, somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para realização das provas.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL
Questões de 1 a 8

Texto para responder às questões de 1 a 3.

Especialmente no mundo digital, a proteção de dados emergiu como uma das maiores prioridades para empresas e indivíduos. Com a proliferação de tecnologias da informação e a crescente dependência de sistemas digitais para a realização de atividades cotidianas, o volume de dados gerados, armazenados e processados atingiu níveis sem precedentes. Esses dados, que incluem informações pessoais, financeiras e corporativas, são frequentemente alvo de cibercriminosos, o que torna os incidentes um risco de alta criticidade. Tais incidentes, como ataques de *ransomware* e acessos não autorizados, podem ter consequências devastadoras. Além das perdas financeiras diretas, as empresas podem sofrer danos reputacionais, perda de confiança dos clientes e, em alguns casos, enfrentar sanções legais. O prejuízo é igualmente avistado para os indivíduos, cuja exposição dos dados pessoais pode levar a fraudes, roubo de identidade e outros impactos negativos nas vidas privada e profissional.

MARCOLINI, Bruno Junqueira Meirelles. *Entre riscos e obrigações: a atuação do controlador em incidentes de segurança*. Disponível em: <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/concurso-de-monografias-da-anpd-premio-danilo-doneda/premio-danilo-doneda-2a-edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que indica a ideia central do texto.

- (A) O aumento exponencial do volume de dados (informações pessoais, financeiras e corporativas) gerou um cenário de vulnerabilidade na era digital.
- (B) As consequências de ataques cibernéticos transcendem as perdas financeiras diretas, causando prejuízos para a reputação corporativa e a confiança do cliente.
- (C) Os incidentes de segurança cibernética, como ataques de *ransomware* e acessos não autorizados, representam riscos de criticidade elevada.
- (D) A exposição de dados pessoais acarreta riscos diversos aos indivíduos, incluindo fraudes e roubo de identidade.
- (E) A gestão da segurança de dados é uma condição essencial para mitigar os prejuízos causados pela exposição de informações variadas e para manter a integridade das operações empresariais e dos indivíduos na era digital.

Área livre

QUESTÃO 2

O fragmento “Com a proliferação de tecnologias da informação” introduz, no período em que está inserido, uma relação de

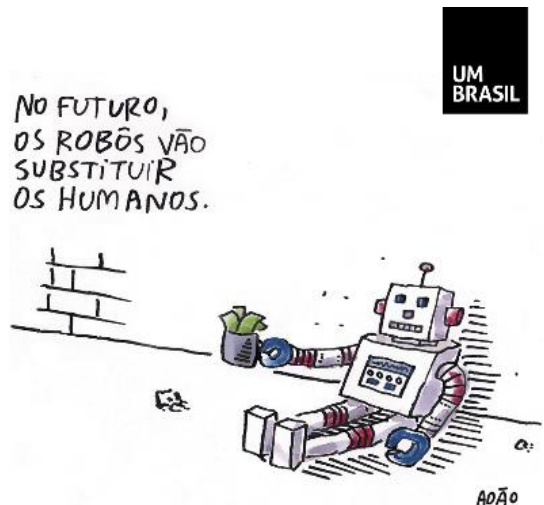
- (A) comparação.
- (B) adversidade.
- (C) causa.
- (D) proporção.
- (E) condição.

QUESTÃO 3

Dados os sentidos do texto, o vocábulo

- (A) “emergiu” poderia ser substituído por **imergir**.
- (B) “precedentes” poderia ser substituído por **igual**.
- (C) “proliferação” poderia ser substituído por **formação**.
- (D) “reputacionais” poderia ser substituído por **inestimáveis**.
- (E) “criticidade” poderia ser substituído por **suscetibilidade**.

QUESTÃO 4



Disponível em: <<https://umbrasil.com/charges/?c=charge-03022018>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Assinale a alternativa em que a proposta de reescrita do texto da charge mantém as relações de sentido e as normas ortográficas vigentes.

- (A) Os robôs substituíram os humanos no futuro.
- (B) No futuro, os humanos vão ser substituídos por robôs.
- (C) Os humanos irão ser substituídos por robôs, no futuro.
- (D) No futuro, os robôs iram substituir os humanos.
- (E) Os humanos serão substituídos por robôs no futuro.

Área livre

Texto para responder às questões de 5 a 7.

Você já deve ter ouvido falar que a língua é viva e está em constante movimento. A evolução da tecnologia, as discussões sociais mais recentes, a influência de idiomas estrangeiros e o aprofundamento de conhecimentos em determinadas áreas criam constantemente a necessidade de novas palavras.

Em geral, nesse processo de ampliação do vocabulário, acontecem fenômenos como empréstimos linguísticos, os quais estão frequentemente associados à introdução de novas tecnologias, produtos, máquinas ou procedimentos que necessitam de nomes. E atenção: nesse processo de “importação de palavras”, é possível que haja também mudanças no sentido da palavra. Por exemplo, “deletar”, que vem do verbo em inglês **to delete**, é apagar algo. Em português, você pode falar que deletou uma pessoa da sua vida. Em inglês, não existe esse sentido de “cortar relacionamento”. Alguns exemplos de palavras ligadas a tecnologias que foram oficialmente incorporadas à língua portuguesa recentemente são: biossegurança; cibercrime; criptomoeda; microchipagem; webinar; logar; renderização; e streaming.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/07/14/terrordisania-pejotizacao-8-palavras-podem-entrar-para-o-vocabulario-oficial-da-lingua-portuguesa-veja-lista.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2025, com adaptações.

QUESTÃO 5

De acordo com os sentidos e os aspectos gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Depreende-se do texto que empréstimos linguísticos são palavras formadas, entre outros aspectos, a partir da influência de novas invenções tecnológicas e de idiomas estrangeiros.
- (B) Além de “deletar”, as palavras biossegurança e cibercrime são exemplos de palavras adaptadas para a língua portuguesa a partir do processo de importação de palavras cujo sentido sofreu mudanças.
- (C) A expressão “nesse processo de ‘importação de palavras’” retoma, por coesão, o termo “introdução de novas tecnologias, produtos, máquinas ou procedimentos que necessitam de nomes”.
- (D) Feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, a coerência e a correção gramatical do texto seriam preservadas caso a expressão adverbial “Em geral” fosse deslocada para logo após “vocabulário”.
- (E) O elemento “que”, em “Alguns exemplos de palavras ligadas a tecnologias que foram oficialmente incorporadas à língua portuguesa” refere-se a “tecnologias” e poderia ser substituído por “as quais”.

Área livre**QUESTÃO 6**

“Em português, você pode falar que deletou uma pessoa da sua vida. Em inglês, não existe esse sentido de ‘cortar relacionamento’”.

Assinale a alternativa correspondente à expressão que, ao ser utilizada no início da segunda oração, melhor estabeleceria as relações entre as ideias, preservando os sentidos do texto.

- (A) Portanto,
- (B) Além do mais,
- (C) Apesar disso,
- (D) No entanto,
- (E) Assim,

QUESTÃO 7

No trecho “Alguns exemplos de palavras ligadas a tecnologias” o vocábulo “ligadas” foi empregado com o mesmo sentido de

- (A) unidas.
- (B) inerentes.
- (C) uniformes.
- (D) conectadas.
- (E) vinculadas.

QUESTÃO 8

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos casos em que o documento oficial não seja usado para encaminhamento de documentos, ele deve ser estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- (B) É recomendável, no corpo do *e-mail* profissional, o uso de logotipos do ente público junto ao texto da assinatura.
- (C) Fundos ou papéis de parede eletrônicos devem ser utilizados no corpo de *e-mails* profissionais, a fim de personalizar a mensagem.
- (D) O *e-mail* profissional tem valor documental, podendo ser aceito como documento original para atestar a identidade do remetente.
- (E) Quando o tratamento destinado ao receptor do documento oficial for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é “A Sua Senhoria o Senhor” ou “A Sua Senhoria a Senhora”.

Área livre

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA
Questões de 9 a 16

QUESTÃO 9

A organização da administração pública é a forma por meio da qual o Estado é estruturado. A respeito desse assunto, especialmente em relação às autarquias, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias não possuem patrimônio próprio, pois integram a pessoa jurídica do ente instituidor.
- (B) O foro competente para julgamento das demandas que envolvem autarquias federais é, em regra, a Justiça Estadual.
- (C) As autarquias respondem civilmente, de forma objetiva, pelos danos causados por seus agentes, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
- (D) As autarquias estão sujeitas ao regime jurídico de direito privado, salvo disposição expressa em contrário.
- (E) A criação e a extinção de autarquias depende exclusivamente de ato do chefe do Poder Executivo, por decreto.

QUESTÃO 10

A Constituição Federal de 1988, no *caput* do art. 37, estabelece os princípios da Administração Pública. Assinale a alternativa que corresponde a um dos princípios implícitos na Constituição, reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência.

- (A) Legalidade
- (B) Indisponibilidade do interesse público
- (C) Eficiência
- (D) Moralidade
- (E) Publicidade

QUESTÃO 11

No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada. No que tange à decisão coordenada prevista na Lei nº 9.784/1999 (com as alterações da Lei nº 14.210/2021), assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão coordenada pode ser utilizada em processos de licitação, desde que seja justificada pela relevância da matéria.
- (B) Os registros das orientações e das diretrizes relativos ao objeto da convocação não são de conteúdo obrigatório da ata da decisão coordenada.
- (C) É obrigatória a participação de todas as pessoas físicas ou jurídicas interessadas no processo, com direito a voz e voto.
- (D) O dissenso manifestado durante a reunião da decisão coordenada poderá versar acerca de qualquer tema relevante para a Administração, ainda que seja estranho ao objeto da convocação.
- (E) Cada órgão participante deve elaborar documento específico concerne à matéria de sua competência, que subsidiará os trabalhos da decisão coordenada.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que disciplina os deveres e as responsabilidades do servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) As responsabilidades civil, penal e administrativa são excludentes entre si, e somente a mais grave prevalece.
- (B) A absolvição criminal que reconheça a inexistência do fato ou a negativa de autoria impede a responsabilidade civil, mas não a administrativa.
- (C) A independência entre as esferas permite que o servidor seja responsabilizado administrativamente mesmo após sua absolvição criminal, desde que seja fundada na ausência de provas.
- (D) A responsabilidade civil-administrativa do servidor resulta exclusivamente de atos omissivos praticados no desempenho do cargo ou função.
- (E) Danos causados a terceiros no exercício do cargo ou função serão de inteira responsabilidade do servidor, não cabendo ação regressiva.

QUESTÃO 13

Com base no texto da Lei nº 14.133/2021, que determina cada modalidade de licitação adequada a certas hipóteses e objetos, assinale a alternativa correta.

- (A) O leilão é cabível para a alienação de bens imóveis ou bens móveis servíveis, legalmente apreendidos, não podendo ocorrer em sessão pública com lances sucessivos.
- (B) O diálogo competitivo é cabível nas contratações em que a Administração não tenha condições de definir, sozinha, as especificações técnicas aptas a atender suas necessidades.
- (C) A concorrência é modalidade cabível para contratação de obras, serviços e compras em geral, inclusive nos casos que não se enquadrem nas hipóteses das demais modalidades.
- (D) O concurso tem como objeto a seleção de proposta econômica mais vantajosa para aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) O pregão distingue-se das demais modalidades por prescindir de edital e termo de referência, substituídos por convite aos licitantes.

QUESTÃO 14

De acordo com as regras previstas no Decreto nº 11.246/2022 para sua atuação, o agente de contratação

- (A) responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido um erro pela atuação da equipe de apoio.
- (B) responderá solidariamente com a equipe de apoio pelos atos praticados na condução da licitação.
- (C) não poderá promover diligências durante o trâmite da licitação.
- (D) não poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- (E) detém competência exclusiva para elaborar os estudos preliminares e as minutas dos editais.

QUESTÃO 15

O Decreto nº 1.024/2019 regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública federal. De acordo com as determinações desse dispositivo legal acerca das competências atribuídas ao pregoeiro, ele pode

- (A) julgar recursos interpostos e homologar o resultado da licitação.
- (B) sanar erros ou falhas que alterem substancialmente a proposta, desde que seja em benefício da Administração.
- (C) requisitar manifestações técnicas da assessoria jurídica para subsidiar suas decisões.
- (D) assinar o contrato ou a ata de registro de preços, após a homologação.
- (E) dispensar o credenciamento prévio dos licitantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), a critério da autoridade competente.

QUESTÃO 16

No que concerne à formalização dos contratos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Dispensa a indicação da matriz de riscos, mesmo quando prevista no edital.
- (B) Deve conter cláusulas que prevejam expressamente o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (C) Admite a forma verbal para qualquer fornecimento imediato de bens, independentemente de valor.
- (D) Poderá ocorrer sem cláusulas que indiquem a legislação aplicável, desde que seja respeitada a proposta vencedora.
- (E) É sempre obrigatória a lavratura de instrumento público em cartório.

Área livre

CIDADANIA
Questões de 17 a 20
QUESTÃO 17

De acordo com os princípios fundamentais e com os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (Títulos I e II), assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são elencadas como fundamentos do Estado Democrático de Direito, que constitui a República Federativa do Brasil.
- (B) São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil nas relações internacionais, entre outros, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização.
- (C) O direito de resposta proporcional ao agravo e a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença são princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- (D) A livre manifestação do pensamento, embora com a vedação ao anonimato, é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) A prevalência dos direitos humanos e o pluralismo político são princípios que regem as relações internacionais do Brasil, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

QUESTÃO 18

Conforme a Resolução CD/ANPD nº 25/2025, que institui, no âmbito da ANPD, o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, assinale a alternativa correta.

- (A) O assédio sexual consiste na conduta praticada no ambiente de trabalho, por meio de gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos que exponham a pessoa a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade e à integridade psíquica ou física, degradando o clima de trabalho e colocando em risco sua vida profissional.
- (B) O assédio moral consiste na conduta de natureza sexual praticada no exercício profissional ou em razão dele, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, causando-lhe constrangimento, violando a sua liberdade e criando um ambiente intimidativo, hostil, degradante ou humilhante.
- (C) A organização do trabalho consiste na escolha da equipe responsável por realizar a primeira escuta da situação, prestar informações e esclarecimentos, orientar e acolher as vítimas.
- (D) A discriminação consiste na distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada em qualquer aspecto referente à pessoa, que atente contra o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, de direitos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural e laboral.
- (E) A rede de acolhimento consiste no conjunto de atos de gestão elaborado para preservar a integridade física e mental da pessoa afetada, independentemente da atividade correcional, como alteração da unidade de desempenho de sua atribuição ou deferimento de teletrabalho, observados os normativos vigentes.

QUESTÃO 19

De acordo com o disposto na Lei nº 14.457/2022, no que se refere às medidas de prevenção e combate ao assédio sexual, bem como a outras formas de violência no ambiente de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas que têm comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) deverão adotar medidas como a fixação de procedimentos para recebimento de denúncias – garantindo o anonimato da pessoa denunciante – e a realização de ações de capacitação relacionadas ao tema, no mínimo, a cada 12 meses.
- (B) A inclusão de regras de conduta a respeito de assédio nas normas internas da empresa é uma medida facultativa, cuja divulgação deve ser restrita para não expor a imagem da companhia.
- (C) O procedimento interno para recebimento e apuração de denúncias de assédio sexual, por ser mais célere, substitui a necessidade de um processo penal correspondente e centraliza na empresa a responsabilidade pela punição do agressor.
- (D) A realização de ações de capacitação e sensibilização acerca do tema do assédio é obrigatória, devendo ocorrer bianualmente e ser direcionada exclusivamente aos empregados em cargos de liderança.
- (E) A apuração dos fatos de assédio e violência deve garantir o anonimato dos responsáveis diretos e indiretos, a fim de proteger seus direitos antes da aplicação de qualquer sanção administrativa.

QUESTÃO 20

No que tange à Comissão de Ética da ANPD, instituída pela Resolução CD/ANPD nº 24/2025, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão de Ética é um colegiado de caráter transitório, composta por cinco membros titulares designados pelo Conselho Diretor da ANPD.
- (B) Compete exclusivamente à Comissão de Ética aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público, sem a necessidade de se reportar ou submeter propostas de aperfeiçoamento à Comissão de Ética Pública.
- (C) Os membros da Comissão de Ética terão mandatos de três anos, sendo vedada em qualquer hipótese a recondução, a fim de garantir a isenção e a rotatividade de seus integrantes.
- (D) A Comissão de Ética será composta por três membros titulares e os respectivos suplentes, com mandatos não coincidentes de três anos, sendo permitida uma única recondução por igual período.
- (E) As reuniões da Comissão de Ética ocorrerão bimestralmente em caráter ordinário, e o quórum para as respectivas deliberações exige a presença de todos os membros titulares.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Uma empresa brasileira de comércio eletrônico coleta dados pessoais de clientes localizados no Brasil para processar pedidos e realizar entregas. A empresa possui sede no exterior, mas mantém servidores no território nacional para armazenar as informações dos usuários brasileiros.

Com base no âmbito de aplicação, é correto afirmar que a situação descrita

- (A) não se enquadra na LGPD, pois a empresa possui sede no exterior.
- (B) aplica-se integralmente à LGPD, uma vez que os dados pessoais são coletados no território nacional.
- (C) submete-se parcialmente à LGPD, apenas quanto aos dados armazenados em servidores brasileiros.
- (D) encontra-se fora do escopo da LGPD, porque se trata de atividade comercial internacional.
- (E) enquadra-se na LGPD somente se a empresa possuir filial registrada no Brasil.

QUESTÃO 22

Durante um processo seletivo para contratação de funcionários, certa empresa solicitou aos candidatos informações referentes ao estado civil, número de filhos, à orientação religiosa e aos dados a respeito de saúde mental. O departamento de recursos humanos justificou a coleta dessas informações como necessárias para adequar o ambiente de trabalho às necessidades dos futuros colaboradores.

De acordo com os conceitos estabelecidos na LGPD, as informações referentes à orientação religiosa e saúde mental dos candidatos constituem

- (A) dados pessoais comuns, passíveis de tratamento mediante consentimento específico.
- (B) informações de caráter público, dispensando autorização para tratamento.
- (C) dados anonimizados, uma vez que não identificam diretamente o titular.
- (D) dados pessoais sensíveis, que exigem consentimento específico e destacado para finalidades determinadas.
- (E) dados pseudonimizados, permitindo tratamento sem restrições específicas.

Área livre

QUESTÃO 23

Suponha que uma instituição financeira esteja desenvolvendo um sistema de análise de crédito que processa grandes volumes de dados pessoais de seus clientes. Para garantir conformidade com a LGPD, a instituição tem buscado implementar medidas técnicas e administrativas para proteger as informações contra acessos não autorizados, além de limitar o tratamento apenas aos dados estritamente necessários para a finalidade de análise creditícia.

As medidas adotadas pela instituição financeira demonstram observância a quais princípios da LGPD?

- (A) Transparência e livre acesso aos dados pessoais
- (B) Segurança e necessidade no tratamento de dados
- (C) Qualidade dos dados e não discriminação
- (D) Finalidade e responsabilização dos agentes
- (E) Adequação e prevenção de danos

QUESTÃO 24

Considere que um hospital público necessite compartilhar dados pessoais de pacientes com o Ministério da Saúde para cumprimento de política pública de vigilância epidemiológica estabelecida em regulamento federal, e que o hospital pretenda realizar esse compartilhamento sem o consentimento específico dos pacientes.

Conforme as hipóteses legais previstas na LGPD, o tratamento de dados pessoais descrito

- (A) requer obrigatoriamente o consentimento livre e informado de todos os pacientes.
- (B) exige aprovação do Conselho Nacional de Saúde para a respectiva execução.
- (C) necessita de autorização prévia da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- (D) aplica-se exclusivamente mediante interesse legítimo do hospital.
- (E) pode ser realizado com base na hipótese de cumprimento de obrigação legal pelo controlador.

QUESTÃO 25

Considere que a ANPD tenha recebido denúncia acerca de uma empresa que estaria tratando dados pessoais em desconformidade com a LGPD. Após investigação, a ANPD constatou irregularidades e decidiu aplicar sanção administrativa à empresa, garantindo o direito de defesa e recurso.

A competência exercida pela ANPD na situação descrita refere-se à

- (A) elaboração de diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais.
- (B) promoção de estudos relacionadas a práticas nacionais e internacionais de proteção de dados.
- (C) fiscalização e aplicação de sanções em caso de descumprimento da legislação.
- (D) celebração de compromissos com agentes de tratamento para eliminar irregularidades.
- (E) implementação de mecanismos para registro de reclamações a respeito de tratamento de dados.

QUESTÃO 26

No contexto do uso de planilhas eletrônicas, como o Microsoft Excel ou o LibreOffice Calc, um analista precisa consolidar dados de vendas. Ele possui uma tabela com o código do produto e seu preço e precisa inserir o preço correspondente a cada produto em uma segunda tabela que contém apenas os códigos dos produtos vendidos.

Dessa forma, para buscar um valor em uma coluna e retornar um valor correspondente de outra coluna na mesma linha, deve-se utilizar a função

- (A) SOMA, que permite realizar a busca do código do produto e retornar o seu preço.
- (B) CONT.SE, que é utilizada para contar as células que correspondem ao código do produto e exibir o preço.
- (C) MÉDIA, que calcula a média dos preços e a associa automaticamente ao código do produto.
- (D) PROCV (ou VLOOKUP), que realiza uma procura vertical de um item em uma coluna e retorna um valor de uma coluna diferente na mesma linha.
- (E) SE, que verifica se um código de produto é verdadeiro e, com base nisso, busca o preço correspondente.

QUESTÃO 27

Durante a organização de uma reunião por videoconferência, o anfitrião precisa garantir que apenas os participantes convidados possam falar em momentos específicos, a fim de manter a ordem e o foco da discussão.

Assinale a alternativa que corresponde ao recurso comumente disponível em ferramentas de videoconferência usado para gerenciar a interação dos participantes.

- (A) Ativar o compartilhamento de tela para todos os participantes como forma de controlar quem pode falar.
- (B) Utilizar a função de "levantar a mão" que bloqueia automaticamente o áudio dos demais participantes.
- (C) Usar a função de "mudo" ou "silenciar" para desativar o microfone de um ou de todos os participantes.
- (D) Criar salas de espera que, por padrão, desativam permanentemente o microfone dos convidados.
- (E) Encerrar a reunião e iniciá-la novamente toda vez que um novo orador precisar se manifestar.

Área livre

QUESTÃO 28

A criação de senhas robustas é uma prática fundamental de segurança da informação para proteger o acesso a sistemas e dados. Uma política de senhas eficaz geralmente exige uma combinação de diferentes tipos de caracteres para dificultar ataques de força bruta ou adivinhação.

Considerando as boas práticas para a criação de uma senha segura, é correto afirmar que a senha deve

- (A) combinar letras maiúsculas, letras minúsculas, números e símbolos especiais.
- (B) ser formada exclusivamente por uma palavra comum de dicionário, para facilitar a memorização.
- (C) ser curta, com no máximo seis caracteres, para agilizar o processo de *login*.
- (D) ser a mesma para todos os serviços utilizados pelo usuário, a fim de simplificar a gestão.
- (E) conter sequências numéricas óbvias, como "123456", pois são fáceis de digitar.

QUESTÃO 29

A realização periódica de cópias de segurança, ou *backups*, é uma medida crucial para garantir a continuidade das operações e a recuperação de dados após um incidente de segurança, como uma falha de *hardware* ou um ataque de *ransomware*.

O propósito fundamental da realização de *backups* é

- (A) validar a identidade de um usuário por meio de múltiplos fatores de autenticação.
- (B) impedir que vírus e *malwares* infectem o sistema operacional de um computador.
- (C) aumentar a velocidade de processamento e o desempenho do disco rígido do computador.
- (D) monitorar, em tempo real, o tráfego de rede para identificar atividades suspeitas de invasão.
- (E) restaurar dados importantes que foram perdidos, corrompidos ou se tornaram inacessíveis.

QUESTÃO 30

Uma organização pública busca aprimorar sua política de segurança da informação, implementando medidas que não dependem apenas de tecnologia, mas também de processos e da conscientização de seus colaboradores.

Assinale a alternativa que apresenta uma medida de segurança de natureza predominantemente administrativa.

- (A) Instalação de um *firewall* de nova geração na borda da rede para filtrar o tráfego de internet.
- (B) Utilização de criptografia de ponta a ponta nas comunicações por *e-mail* institucional.
- (C) Elaboração e divulgação de uma política de controle de acesso que defina as regras e responsabilidades dos usuários.
- (D) Configuração de um sistema de detecção de intrusão (IDS) para monitorar atividades maliciosas na rede.
- (E) Implementação de autenticação de dois fatores (2FA) para o acesso a todos os sistemas corporativos.

QUESTÃO 31

Para proteger a rede interna de uma instituição contra acessos não autorizados provenientes da internet, o departamento de TI implementou uma barreira de proteção que examina e filtra todo o tráfego de dados entre a rede interna e a externa.

Assinale a alternativa que indica a solução de segurança que desempenha a função de barreira de proteção.

- (A) Um *software* de antivírus, que analisa arquivos e programas em busca de assinaturas de *malware*.
- (B) Um sistema de *backup*, que realiza cópias de segurança dos dados armazenados nos servidores.
- (C) Uma ferramenta de criptografia, que codifica as informações para que não possam ser lidas por terceiros.
- (D) Um *firewall*, que funciona como um filtro de pacotes de dados com base em um conjunto de regras de segurança.
- (E) Um *nobreak* (UPS), que garante o fornecimento de energia aos equipamentos em caso de falha elétrica.

QUESTÃO 32

Suponha que um servidor público precise enviar, por *e-mail*, um documento que contém informações sensíveis. Para garantir que apenas o destinatário autorizado possa ler o conteúdo, mesmo que o *e-mail* seja interceptado, ele decide aplicar uma medida técnica de segurança que torna a informação ilegível para terceiros.

Essa medida técnica de segurança consiste em

- (A) aplicar um controle de acesso físico à sala do servidor de *e-mails*.
- (B) utilizar uma assinatura digital para garantir a autenticidade do remetente.
- (C) realizar um *backup* completo do documento antes do envio.
- (D) instalar um *software* de *firewall* no computador do remetente.
- (E) aplicar a criptografia ao conteúdo do documento ou da mensagem.

Área livre

QUESTÃO 33

O princípio do menor privilégio é um conceito fundamental em segurança da informação, que visa a limitar os danos em caso de comprometimento de uma conta de usuário ou sistema.

A aplicação correta desse princípio consiste em

- (A) conceder a todos os usuários acesso de administrador para que possam resolver seus próprios problemas técnicos.
- (B) atribuir permissões de acesso com base no cargo do funcionário, dando-lhe acesso a todos os dados do seu setor.
- (C) fornecer a um usuário apenas as permissões de acesso estritamente necessárias para a execução de suas tarefas.
- (D) criar uma única conta de usuário compartilhada por toda a equipe para simplificar a gestão de permissões.
- (E) deixar todas as permissões de acesso abertas por padrão e restringi-las apenas quando um incidente ocorrer.

QUESTÃO 34

Para fortalecer a segurança no processo de *login* em sistemas críticos, certa organização decidiu implementar um mecanismo que exige do usuário mais do que apenas a senha. O usuário deve fornecer uma segunda forma de comprovação de sua identidade, como um código gerado por um aplicativo em seu *smartphone*.

Nesse contexto, assinale a alternativa que corresponde à medida de segurança, descrita.

- (A) Implementação de um sistema de *logon* único (Single Sign-On)
- (B) Adoção da autenticação de múltiplos fatores (MFA)
- (C) Criação de uma política de senhas complexas
- (D) Aplicação de criptografia simétrica aos dados de *login*
- (E) Instalação de um *software* de prevenção contra perda de dados (DLP)

Área livre

QUESTÃO 35

Com base na conceituação e nas características dos documentos de arquivo, é correto afirmar que

- (A) a confiabilidade de um documento de arquivo está diretamente relacionada à sua autenticidade, sendo impossível que um documento confiável não seja autêntico.
- (B) os documentos de arquivo são definidos por sua natureza material, como papel ou meio digital, independentemente de sua origem ou finalidade.
- (C) a organicidade dos documentos arquivísticos está associada à presença de elementos extrínsecos que comprovam sua validade legal e jurídica.
- (D) um documento de arquivo pode ser considerado autêntico mesmo que não seja confiável, desde que tenha sido preservado sem adulterações desde sua produção.
- (E) a unicidade de um documento de arquivo está associada à ausência de cópias ou reproduções em outros conjuntos documentais da organização.

QUESTÃO 36

Uma equipe administrativa ficou responsável por organizar a rotina de compromissos da diretoria de determinada organização. Entre as suas funções, estão o controle da agenda, o agendamento e a preparação de reuniões. Considerando as boas práticas nesse contexto, assinale a alternativa mais adequada.

- (A) O envio prévio de pautas e a confirmação de presenças são dispensáveis em reuniões internas, pois os participantes já conhecem a rotina organizacional.
- (B) A equipe administrativa pode auxiliar na definição da pauta e deve garantir que os recursos e materiais necessários estejam disponíveis antes da reunião.
- (C) O agendamento de compromissos pessoais do gestor deve sempre ter prioridade sobre reuniões técnicas, desde que sejam comunicados previamente.
- (D) A reserva de sala e os testes com recursos tecnológicos devem ser feitos no dia da reunião, para garantir que os equipamentos estejam atualizados.
- (E) O controle da agenda deve restringir-se aos compromissos previamente fixados, evitando alterações que possam comprometer a previsibilidade do cronograma mensal.

Área livre

QUESTÃO 37

Considere que certa instituição pública tenha implementado um sistema de digitalização e arquivamento eletrônico de documentos administrativos com vistas a obter maior segurança da informação, agilidade na recuperação de dados e conformidade com normas arquivísticas. A equipe responsável foi orientada a adotar boas práticas quanto à criação, organização, armazenamento e preservação digital dos documentos.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que corresponde a uma boa prática na gestão de arquivos digitais.

- (A) Criar nomes padronizados para os arquivos.
- (B) Deixar os arquivos acessíveis a todos os setores.
- (C) Armazenar os documentos apenas em *pen drives*.
- (D) Apagar versões antigas para liberar espaço.
- (E) Permitir edições livres nos documentos originais.

QUESTÃO 38

Ao planejar um treinamento corporativo presencial para 50 colaboradores, com o tema Gestão de tempo, a equipe administrativa deve garantir o suporte logístico adequado. Considerando as boas práticas administrativas nesse contexto, assinale a alternativa que indica apenas medidas essenciais para a fase de preparação prévia do evento.

- (A) Confirmar a disponibilidade de cadeiras extras, testar o projetor, imprimir folhas de assinatura e enviar pesquisa de satisfação aos participantes.
- (B) Enviar lembretes personalizados, decorar o espaço com frases motivacionais, filmar o treinamento para redes sociais e oferecer brindes.
- (C) Contratar um *coffee break gourmet*, imprimir certificados pré-preenchidos, agendar fotógrafo profissional e agendar motorista para buscar o instrutor.
- (D) Disponibilizar estacionamento VIP, tradução simultânea em três idiomas, crachás com QR code e um intérprete de libras.
- (E) Reservar o auditório, testar equipamentos de projeção, confirmar a lista de inscritos e preparar material didático impresso.

Área livre

QUESTÃO 39

Durante a organização do arquivo físico de determinada instituição, a equipe responsável adotou boas práticas para garantir a adequada guarda e conservação dos documentos. De acordo com os princípios arquivísticos, assinale a alternativa que apresenta procedimentos corretos para essa finalidade.

- (A) Organizar documentos por cor da capa para facilitar a identificação visual, fixar etiquetas diretamente com fita adesiva e armazenar os arquivos em estantes de madeira pintada.
- (B) Otimizar o espaço com caixas de papelão empilhadas até o teto, grampear documentos por assunto e armazenar em armários metálicos sem ventilação.
- (C) Separar documentos por tamanho físico, acondicionar papéis dobrados e permitir a entrada de luz natural no ambiente de arquivamento.
- (D) Utilizar caixas-arquivo confeccionadas em material livre de ácido, manter os documentos em posição vertical e evitar exposição à luz solar direta.
- (E) Utilizar envelopes coloridos para diferenciar tipos de documentos, agrupar documentos por tipo de papel e manter as janelas do arquivo sempre abertas.

QUESTÃO 40

Considere hipoteticamente que, no decorrer de um atendimento em certa repartição pública, um cidadão tenha se apresentado visivelmente irritado por acreditar que sua solicitação anterior não fora devidamente considerada. Ele elevou o tom de voz, exigiu respostas imediatas e questionou a competência da equipe.

Nessa situação, assinale a alternativa que indica a postura mais adequada do servidor público para garantir as melhores práticas de atendimento ao público.

- (A) Adotar postura profissional, ouvir o cidadão com atenção e responder de forma objetiva, sem reagir emocionalmente à tensão do momento.
- (B) Interromper o cidadão de forma firme, esclarecendo que aquele comportamento é inadequado, impedindo novas argumentações.
- (C) Manter distância física e evitar o diálogo direto, aguardando que o cidadão se acalme para, somente então, iniciar o atendimento.
- (D) Solicitar imediatamente o apoio da chefia para intervir no atendimento, evitando qualquer envolvimento direto com o cidadão.
- (E) Redirecionar o cidadão para outro setor sem entrar em detalhes, minimizando o desgaste e encerrando o atendimento o mais rápido possível.

Área livre

QUESTÃO 41

Suponha que, em um dia de grande fluxo de usuários em certa unidade de atendimento ao cidadão, determinada servidora receba um usuário em busca de informações referentes a um benefício. A servidora o cumprimenta de forma educada, mas, durante toda a conversa, mantém os braços cruzados, evita olhar nos olhos e responde com voz baixa e apática. O usuário escuta as explicações em silêncio, balança a cabeça negativamente, franze a testa e suspira com frequência. Diante dessa situação, é correto afirmar que a(o)

- (A) cortesia verbal da servidora é suficiente para garantir uma comunicação empática e satisfatória no atendimento, visto que as informações passadas estão corretas.
- (B) ausência de reclamações verbais por parte do usuário demonstra que ele compreendeu e aceitou plenamente as informações prestadas.
- (C) objetividade na fala da servidora compensa a falta de expressividade corporal, pois evita interpretações emocionais no serviço público.
- (D) foco do atendimento deve permanecer no conteúdo técnico transmitido, mesmo que haja sinais de descontentamento não verbal.
- (E) forma como a servidora se comunicou corporalmente pode transmitir desinteresse, enquanto os sinais não verbais do usuário indicam insatisfação.

QUESTÃO 42

Suponha que, durante o atendimento a um cidadão de origem rural, com fala simples e limitada escolaridade, o servidor público utilize termos técnicos e expressões jurídicas para explicar o procedimento de regularização fundiária. Ao perceber a expressão confusa do cidadão, o servidor optou por reformular sua explicação, utilizando exemplos concretos, linguagem acessível e tom acolhedor. Essa atitude do servidor evidencia

- (A) uma estratégia de empatia pessoal, usada principalmente para criar vínculo emocional com o cidadão, desviando o foco do atendimento.
- (B) uma postura paternalista do servidor, que, ao simplificar demais o conteúdo, pode reforçar estigmas referentes à capacidade do cidadão.
- (C) um excesso de informalidade na comunicação, o que pode comprometer a objetividade e a neutralidade do atendimento prestado.
- (D) uma adequação comunicacional, ao adaptar a linguagem para promover compreensão e respeito, sem comprometer o conteúdo técnico.
- (E) uma limitação técnica do servidor, que demonstra dificuldade em manter o padrão institucional exigido para esse tipo de orientação.

Área livre

QUESTÃO 43

Acerca da comunicação assertiva no ambiente profissional, assinale a alternativa que melhor representa essa abordagem.

- (A) Posicionar-se de forma ponderada, apresentando argumentos com firmeza e abertura ao diálogo, mesmo diante de perspectivas contrárias.
- (B) Sustentar opiniões com ênfase, mesmo que haja certo desconforto, desde que o conteúdo reflita convicções pessoais verdadeiras.
- (C) Ajustar a fala às reações do interlocutor, mesmo que isso implique abrir mão temporária de pontos de vista, para manter a harmonia no diálogo.
- (D) Priorizar o consenso nas conversas, optando por evitar discordâncias que possam comprometer o andamento das relações.
- (E) Focar na defesa do próprio posicionamento, mesmo quando houver resistência, como forma de preservar a identidade profissional.

QUESTÃO 44

Considere que, durante o lançamento de um novo projeto, a liderança tenha apresentado os objetivos em um comunicado formal, reforçando a importância da colaboração entre equipes. No entanto, alguns colaboradores interpretaram a mensagem como uma cobrança excessiva de resultados, o que gerou ansiedade, mal-estar e resistência silenciosa à proposta. Após conversas informais, a liderança percebeu que o vocabulário técnico e o tom impessoal da comunicação contribuíram para interpretações distorcidas. A situação hipotética descrita é um exemplo de

- (A) conflito entre equipes decorrente de metas incompatíveis e competição interna.
- (B) falha de liderança, por não ter antecipado a reação emocional dos colaboradores.
- (C) ruído na comunicação, com barreiras de linguagem e de emoção que dificultaram a compreensão.
- (D) *feedback* ineficaz, pois o comunicado não trouxe dados objetivos acerca da *performance* esperada.
- (E) resistência passiva resultante da recusa dos funcionários em colaborar com o projeto.

Área livre

QUESTÃO 45

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil estabelece que a função pública deve ser compreendida como exercício profissional que se integra na vida particular de cada servidor. Essa integração implica que os fatos e os atos verificados na conduta cotidiana em sua vida privada podem influenciar diretamente o conceito funcional do servidor. Dessa forma, se um servidor público, fora do horário de expediente, for flagrado em situação que comprometa sua idoneidade moral, mesmo que não configure crime, essa conduta pode afetar sua vida funcional.

Considerando a relação entre conduta particular e função pública, conforme o que estabelece o Decreto nº 1.171/1994, os fatos e atos verificados na conduta diária do servidor, em sua vida privada,

- (A) devem ser ignorados pela Administração Pública, pois não há relação entre vida particular e função pública.
- (B) podem acrescer ou diminuir o bom conceito do servidor na vida funcional, integrando-se ao exercício profissional.
- (C) somente influenciam a vida funcional quando configuram crimes contra a Administração Pública.
- (D) são relevantes apenas para servidores que ocupam cargos de confiança ou direção.
- (E) devem ser considerados somente quando ocorrerem durante o horário de expediente ou em dependências públicas.

QUESTÃO 46

Suponha que um servidor público tenha recebido de seu superior hierárquico uma ordem que, embora não configure crime, contraria norma regulamentadora específica do órgão. O superior argumentou que a ordem visava a agilizar um processo importante e que a norma regulamentadora é excessivamente burocrática. O servidor, conhecendo a legislação, identificou que a ordem é manifestamente ilegal, mas ele teme represálias caso não a cumpra. Nessa situação, considerando os deveres e proibições estabelecidos na Lei nº 8.112/1990, a conduta mais adequada do servidor seria fundamentada no princípio de que a obediência hierárquica possui limites legais.

Diante do conflito entre obediência hierárquica e legalidade, com base na Lei nº 8.112/1990, o servidor deve

- (A) cumprir a ordem superior em qualquer circunstância, pois a hierarquia é princípio absoluto na Administração Pública.
- (B) executar a ordem e posteriormente comunicar a irregularidade à corregedoria do órgão.
- (C) recusar-se a cumprir a ordem manifestamente ilegal e representar contra a ilegalidade à autoridade competente.
- (D) solicitar que a ordem seja formalizada por escrito antes de decidir acerca do seu cumprimento.
- (E) cumprir parcialmente a ordem, adaptando-a para adequar-se à norma regulamentadora.

QUESTÃO 47

Durante uma reforma no órgão público, o servidor responsável pelo acompanhamento dos trabalhos observou que os materiais adquiridos eram de qualidade superior ao especificado no projeto básico, resultando em custo adicional significativo. Embora os materiais fossem de melhor qualidade, o servidor identificou que não havia autorização formal para a alteração e que o custo adicional comprometia recursos destinados a outras necessidades do órgão. O fornecedor argumentou que a melhoria havia sido implementada "sem custo adicional", mas a análise técnica revelou cobrança indevida. O servidor, agora, deve decidir entre aceitar a melhoria não autorizada ou exigir o cumprimento rigoroso do contrato original.

Considerando os princípios da Administração Pública e os deveres do servidor relacionados à conservação do patrimônio público, a conduta mais adequada, nesse caso seria

- (A) exigir o cumprimento rigoroso do contrato original e comunicar a irregularidade à autoridade competente.
- (B) aceitar a melhoria, pois resulta em benefício qualitativo para o patrimônio público, mesmo com custo adicional.
- (C) negociar com o fornecedor uma solução intermediária que mantenha parte das melhorias implementadas.
- (D) aceitar a situação temporariamente e solicitar regularização posterior por meio de termo aditivo.
- (E) consultar superiores hierárquicos antes de tomar qualquer decisão acerca da irregularidade identificada.

Área livre

QUESTÃO 48

Considere hipoteticamente que um servidor público que atua no atendimento ao público tenha recebido solicitação de certo cidadão que se identificou como amigo pessoal do diretor do órgão. O cidadão solicitou tratamento diferenciado para agilizar seu processo, alegando urgência pessoal e mencionando que "o diretor já está ciente da situação". O servidor verificou que o processo não possuía características que justificassem tramitação prioritária conforme as normas internas, mas o cidadão insistiu no tratamento especial, chegando a mencionar possíveis "consequências", caso não seja atendido. O servidor deve equilibrar a cortesia no atendimento com o princípio da impessoalidade administrativa.

Diante dessa situação, considerando os princípios éticos do serviço público e as vedações estabelecidas na legislação, o servidor deve

- (A) atender à solicitação de tratamento diferenciado, priorizando a cortesia e evitando conflitos desnecessários.
- (B) consultar o diretor mencionado antes de decidir acerca do tratamento a ser dispensado ao cidadão.
- (C) explicar ao cidadão que não pode oferecer tratamento diferenciado, mas sugerir que procure diretamente o diretor.
- (D) manter tratamento cortês, mas impessoal, seguindo rigorosamente os procedimentos estabelecidos para todos os casos.
- (E) registrar a solicitação de tratamento especial e encaminhar o processo para análise da chefia imediata.

QUESTÃO 49

Suponha que um servidor público tenha acesso a informações referentes à investigação administrativa em curso que apura possível irregularidade envolvendo outro servidor do mesmo órgão. Um jornalista procurou o servidor solicitando informações acerca da investigação, alegando interesse público na divulgação. Esse servidor sabe que a investigação ainda não foi concluída e que a divulgação prematura pode prejudicar a apuração dos fatos e a imagem do servidor investigado, que ainda não teve oportunidade de apresentar defesa. Por outro lado, reconhece a importância da transparência administrativa e do direito da sociedade à informação.

Considerando o equilíbrio entre sigilo profissional e transparência administrativa, conforme estabelecido na legislação ética, o servidor consultado deve

- (A) fornecer as informações solicitadas, pois a transparência administrativa é princípio absoluto na Administração Pública.
- (B) negar qualquer informação e orientar o jornalista a buscar dados por meio dos canais oficiais de comunicação do órgão.
- (C) fornecer apenas informações gerais acerca da existência da investigação, sem revelar detalhes específicos.
- (D) Consultar a assessoria jurídica do órgão antes de decidir a respeito do fornecimento das informações solicitadas.
- (E) Informar ao jornalista que não pode fornecer dados, mas sugerir que procure diretamente o servidor investigado.

QUESTÃO 50

Considere hipoteticamente que um servidor público presencie um colega de trabalho praticando ato que configura clara violação ao Código de Ética, concernente ao uso de equipamento público para fins particulares durante o expediente. O colega, ao perceber que foi observado, solicitou discrição, alegando que se trata de situação excepcional e temporária, prometendo não repetir a conduta. O servidor que presenciou a infração ética enfrenta dilema entre a solidariedade profissional com o colega e o cumprimento do dever de comunicar irregularidades, considerando que ambos mantêm bom relacionamento profissional e que a divulgação da irregularidade pode afetar significativamente a carreira do colega infrator.

Diante do conflito entre solidariedade profissional e dever ético, a conduta mais adequada do servidor que presenciou a infração seria

- (A) manter discrição acerca do fato observado, priorizando a solidariedade profissional e a harmonia no ambiente de trabalho.
- (B) orientar o colega a respeito da irregularidade cometida e aguardar que ele próprio comunique o fato à chefia.
- (C) consultar outros colegas acerca da conduta mais adequada antes de decidir a respeito da comunicação da irregularidade.
- (D) registrar internamente o fato observado, mas aguardar nova ocorrência antes de tomar qualquer providência.
- (E) comunicar a irregularidade à autoridade competente, cumprindo o dever ético independentemente das consequências pessoais.

Área livre

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento